

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**1. Informações Básicas**

Número do processo administrativo: 23079.210171/2025-01

Trata-se da necessidade da contratação de profissionais de apoio à inclusão escolar (PAIE), para o acompanhamento, locomoção, alimentação e higiene dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento (autismo), matriculados no Colégio de Aplicação, conforme determina as leis: nº 12.764/2012 (Lei de Proteção aos direitos das pessoas com TEA) e a Lei nº 13.146 de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão).

Os profissionais de apoio à inclusão escolar das/dos estudantes com deficiência tem a sua atuação no espaço escolar garantida pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), e suas atribuições são definidas, de acordo com o artigo 3º, inciso XIII da referida lei:

"Profissional de Apoio à Inclusão escolar: *pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;*"

Neste sentido, conforme definição dada pela legislação citada acima, a/o profissional de apoio à inclusão é responsável **pela alimentação, locomoção e de higiene dos estudantes público-alvo da Educação Especial**, acompanhando-os em momentos como horários de entrada e saída da escola, recreio, atividades externas à sala de aula e circulação pelos espaços escolares. Sendo assim, esse profissional **promove a acessibilidade dos estudantes com deficiências em diversas situações, como por exemplo: na resolução de atividades de vida diária (beber água, comer e ir ao banheiro), nas interações e brincadeiras com as/os demais colegas, na facilitação da comunicação com outros pares, entre outras proposições.**

2. Base Legal

Foram analisados os Instrumentos Legais abaixo relacionados para nortear a pretensa contratação:

1. Instrução Normativa 05/2017 - Dispões sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal indireta, autárquica e fundacional;
2. Lei 14.133, de 1 de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos
3. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a execução indireta mediante contratação de serviços da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
4. Modelos da AGU de licitações e contratos. Serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra. Termo de Referência, minuta de edital e minuta de contrato;
5. Instrução Normativa 01, de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
6. Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2023 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.;

7. Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
8. Portaria 443, de 27 de dezembro de 2018 – Ministério da Economia;
9. Convenções Coletivas de Trabalho RJ000964/2025
10. Código Brasileiro de Ocupações (CBO).

3. Descrição da necessidade

Desde 2020, após aprovada a política de cotas para o acesso de estudantes com deficiência no CAP, o número de matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) vem aumentando exponencialmente. No início de 2020, tínhamos um total de 10 estudantes com deficiências matriculados no Colégio. O número aumenta a cada ano em virtude das cotas, da entrada via ampla concorrência e do fechamento de novos laudos no decorrer do processo de escolarização dos estudantes. Hoje (2025), o total de crianças e adolescentes com deficiências matriculados no CAP é de 58 (cinquenta e oito) estudantes. Sendo um aumento de mais de 10 novos laudos (deste tipo) a cada ano. Sem contar os estudantes com laudos de transtornos de aprendizagem e comportamento (TDAH, TOD, TOC, Dislexia, que não são considerados deficiência).

A maioria dos estudantes deste universo de 58 (cinquenta e oito), apresenta deficiências e/ou transtornos de alta complexidade e que requerem acompanhamento pedagógico e de atividade de vida diária por todo o tempo de permanência no espaço escolar. Isso porque, são estudantes com diferentes deficiências (sensorial, física, intelectual, múltipla) e/ou transtornos que exigem intervenção e acompanhamento para que consigam se alimentar na escola, ir ao banheiro e se locomover pelo espaço escolar, se comunicar, entre outras necessidades de acessibilidades, de modo que a sua plena inclusão na escola estejam garantidos, conforme determinação legal. Soma-se a isso o fato deste universo de 58 (cinquenta e oito) estudantes PcD's, 36 (trinta e seis) destes serem autistas. Importante salientar que pela Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 11) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), o Transtorno do Espectro Autista está classificado em três níveis diferentes de necessidade de suportes (nível 1, 2 ou 3 de suporte).

Isso quer dizer que os estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), podem ter diferentes necessidades de apoio e cuidados, sendo nível 1 de suporte (estudantes com menor necessidade de apoio); nível 2 de suporte (estudantes com grande necessidade de apoio) e nível 3 de suporte (estudantes com alta necessidade de apoio e acompanhamento integral). Deste modo, compreendendo as diferentes complexidades ligadas ao espectro, estudantes autistas têm uma lei específica (nº 12.764/2012/ Lei Berenice Piana ou Lei de Proteção aos direitos das pessoas com TEA), que garante o acompanhamento especializado e apoio à inclusão por profissionais que o auxiliem nas diferentes necessidades para a sua inclusão no espaço escolar.

Dos nossos 36 (trinta e seis) estudantes autistas, boa parte deles, compõem o grupo dos níveis 2 e 3 de suporte, ou seja, necessitam de apoio para as suas atividades por todo o tempo de permanência na escola, sem contar com as demais deficiências. Deste modo, o público de estudantes com deficiência e transtorno global do desenvolvimento (autistas), necessitam da atuação direta dos Profissionais de Apoio à inclusão escolar (PAIE) que estarão divididos para o oferecimento de suporte para todas as trinta e duas (32) turmas, nos dois (2) turnos de atendimento escolar e a todas as etapas da educação básica: a saber, educação infantil, ensino fundamental I, ensino fundamental II e ensino médio.

Portanto, cabe ressaltar que a contratação de profissionais de apoio escolar, na perspectiva de um profissional de apoio escolar, é fundamental para a execução da política pública de Educação que propõe uma escola inclusiva. Neste sentido, em virtude das crescentes demandas dessa atuação no dia a dia das unidades do Colégio de Aplicação da UFRJ, garantir a presença de profissionais de apoio escolar tem sido objeto de atenção e preocupação da Administração de nosso IFES.

A contratação desses profissionais atende a Política Nacional de Educação Especial Perspectiva da Educação Inclusiva que afirmam ser *“A educação especial uma modalidade de*



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular".

Ademais, existe um grande número de leis, pareceres e notas técnicas, que demonstram a necessidade da contratação no intuito de se adequar a legislação pátria, senão vejamos:

1) A Constituição Federal (1988) garante, de forma preferencial, a escolarização das pessoas com deficiência na rede regular de ensino, o que pode ser observado nos seguintes dispositivos:

Art. 208: "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. "

Art. 227, parágrafo 1, inciso II: "criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

2) A Lei Federal n.º 7.853/89 dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência tendo o Decreto n.º 3.298/99 que a regulamenta;

3) A Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 58, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º:

§2º. Quando necessário promover o atendimento educacional na escola regular, e em função das necessidades específicas do aluno, será assegurado ao educando portador de necessidades especiais a presença de cuidador no estabelecimento de ensino, para atendimento das suas necessidades pessoais.

4) A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008-SEESP/MEC), no capítulo VI em que estabelece as diretrizes dessa política afirma que:

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador de alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

5) Já o Decreto de n.º 7.611/2011 em seu artigo 2º assim prevê:

Art. 2º - A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

6) Ademais, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015 - LBI): 6.1.) preconiza que cabe ao Poder Público e seus órgãos:

"assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico." (art. 8º. da LBI)

6.1.) reconhece no art. 27, II, a necessidade de:

"aprimoramento dos sistemas educacionais, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena".

6.2.) nomeia e define no art. 3º:



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

Isto posto, podemos constatar que a presença dos profissionais de apoio à inclusão escolar no espaço escolar, não só tem a função de garantir a preservação do bem-estar-físico e emocional dos estudantes que necessitam de suporte, especialmente em suas atividades de alimentação, higiene e locomoção, fundamentais em sua vida diária, mas, também, visa harmonizar as ações desta escola aos ditames legais através de um atendimento especializado. Ademais, a presença desse profissional de apoio demonstra respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, princípio basilar da nossa carta-maior.

A dignidade da pessoa humana é fundamento da República (Constituição da República, Art. 1º, III) e orienta as ações do Estado, define a responsabilidade da Administração Pública quanto à educação integral e inclusiva. Portanto, é imperioso que a definição do objeto da licitação incorpore tal princípio como orientador da escolha do perfil profissional, à luz da razoabilidade

Cada vez mais a experiência e as pesquisas em educação nos mostram que para garantir a inclusão escolar do estudante com deficiência física, Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) ou com significativa defasagem neuropsicomotora ou cognitiva (deficiência intelectual), é fundamental a presença de um profissional de apoio escolar que acompanhe, de forma mais individualizada, essa criança, adolescente ou jovem no ambiente escolar, em sua mobilidade e em atividades que ela não consiga fazer de forma autônoma.

Em decorrência do exposto, a UFRJ, defendendo uma educação de qualidade, diversa inclusiva e, principalmente, fundamentada no princípio da equidade, mais uma vez, busca tomar as devidas providências para atender às necessidades que seus estudantes apresentem no que concerne às suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, de comunicação, e que acarretem limitações, permanentes ou temporárias, em suas atividades de vida diária e vida prática escolar, assegurando assim, não só o acesso, mas a permanência e a aprendizagem desses estudantes.

Portanto, a contratação desses serviços de apoio faz-se necessária fundamentada na justificativa da necessidade da contratação acima exposta bem como na legislação que prevê o oferecimento de recursos que garantam aos estudantes com deficiência o acesso, a permanência e a aprendizagem, efetivados nas ações referentes ao atendimento especializado.

Cabe lembrar, que este aumento substancial nos números de estudantes PcDs atendidos, deve-se ao fato de no ano de 2020, a escola ter iniciado dentre as suas políticas de ações afirmativas, as cotas para estudantes com deficiência no CAP-UFRJ. Neste sentido, garantido o acesso à matrícula, se faz necessário viabilizarmos as condições de permanência, participação e aprendizagem, dirimindo qualquer situação em que a falta de suporte adequado a ser realizada por estes profissionais possam vir a causar, uma vez que os casos mais severos podem vir a provocar risco grave à segurança do estudante e de outrem.

A Lei de terceirização contempla esses serviços que, por sua natureza, são necessários ao órgão, cuja paralisação pode ocasionar transtornos ao bom andamento das suas atividades. Os serviços solicitados se enquadram perfeitamente nessa essência, são de natureza necessária e, portanto, devem ser executados de forma contínua para que não venham comprometer a ordem e causar sérios prejuízos para a Administração.

Como benefícios resultantes desta contratação espera-se melhor atender às demandas da sociedade e governo junto à Empresa, agilizar e conferir maior segurança aos serviços especializados referidos, por meio da execução de atividades meramente rotineiras e que podem ser terceirizadas por empresas especializadas, contribuindo assim com a UFRJ no desenvolvimento de suas atividades finalísticas.

4. Área requisitante

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Colégio de Aplicação	CASSANDRA MARINA PONTES Diretora Geral do Colégio de Aplicação

5. Análise da Contratação Anterior

Com relação à contratação anterior, temos a declarar que o contrato nº 09/2024, firmado junto à empresa ARAÚNA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA (de 07/06/2024 a 07/06/2025), atendeu às necessidades de nossa IFES.

Ocorre que, o aumento da demanda não pode ser acrescida ao contrato. Atualmente temos 7 postos contratados e necessitaríamos de um aumento de mais de 300% deste quantitativo para atender à atual necessidade. Apesar dos esforços por parte do corpo de colaboradores e por parte da própria contratada, existe a necessidade de renovação do contrato atual, com aumento no quantitativo.

Informamos, que o contrato em questão não poderá ser renovado por recusa por parte da contratada.

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1 Natureza da Contratação:

Trata-se de prestação de **serviço de caráter essencial** e de natureza continuada.

Os objetos a serem contratados enquadram-se na definição de **serviço comum**, pois o objeto possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações que são usuais de mercado conforme Art. 29 da Lei 14.133/2021.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº. 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A demanda encontra-se devidamente amparada no art.1º da Portaria nº443, de 27 de dezembro de 2018, do Ministério da Economia, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art.2º do Decreto Federal nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que assim dispõe:

"No âmbito da Administração Pública federal, direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

.....

XXXI - monitoria de inclusão e acessibilidade

....

Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018."

Trata-se de uma contratação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que, de acordo com a IN/SEGES n.º 5/2017, os empregados da contratada deverão ficar a disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços, assim como a contratada não poderá compartilhar os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos e deverá



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

possibilita a fiscalização pela contratante quanto a distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

É vedado a utilização, na execução dos serviços, de colaborador que seja familiar de agente público, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de julho de 2010. A contratada deverá apurar se alguns de seus colaboradores contratados se enquadrem na vedação em tela, inclusive, sempre que houver alteração com a troca de funcionários.

6.2 Relevância dos requisitos estabelecidos:

Celebrar-se-á contrato com a adjudicatária, com vigência de 12 (doze) meses, de acordo com o que estabelece a Lei nº 14.133/2021, conforme modelo a ser elaborado pelo setor competente.

O serviço será executado de maneira contínua, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

O prazo de vigência do contrato, devidamente justificado e no interesse da Administração, poderá ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos desde que estejam garantidas a vantajosidade dos preços para a administração e a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação, conforme Art. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

Exigir-se-á a prestação de garantia pela contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogados por igual período a critério desta Administração.

Serão provisionados recursos financeiros, nos percentuais previstos nas normas legais pertinentes e especificados na Planilha de Custos e Formação de Preços, para o pagamento de férias, 13º salário, rescisão contratual e indenização compensatória sobre o FGTS dos trabalhadores da CONTRATADA empregados na execução do contrato, cujos valores retidos das faturas mensais serão depositados pelo CONTRATANTE em conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, conforme o disposto na Instrução Normativa nº 05/2017, e suas alterações, expedida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão.

Não haverá custo para abertura e manutenção da contra vinculada.

O Acórdão 1.978/2013 Plenário, salienta:

"a empreitada por preço global deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados; enquanto a empreitada por preço unitário deve ser preferida para objetos que, por sua natureza, não permitam a precisa indicação dos quantitativos orçamentários". Com base nesse e em outros fundamentos, acolheu o Plenário o voto do relator no sentido de não conhecer um dos recursos e de negar provimento ao outro. Acórdão 2432/2016 Plenário, Recurso de Reconsideração, Relator Ministro Benjamin Zymler.

A contratação por preço global demanda que a qualidade e a quantidade da solução eleita sejam passíveis de definição exaustiva. Assim, a partir das informações apresentadas pela Administração, os interessados detêm condições de apresentar remuneração condizente com as obrigações que serão efetivamente assumidas com a celebração do futuro ajuste.

Este é o caso dos objetos pretendidos no futuro certame

As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitas às penalidades previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.



As empresas licitantes poderão realizar vistoria, não obrigatória, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhadas por servidor designado para esse fim, devendo haver prévio agendamento.

A contratação deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade.

A contratada deverá fornecer aos trabalhadores empregados na execução do contrato uniformes de acordo com a atividade a ser desempenhada nesta Administração, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo ao empregado.

A contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme prevê o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

O grau de eficiência da prestação dos serviços será verificado mediante avaliação, mensal, do gestor/fiscal do contrato.

Na avaliação dos serviços prestados será utilizado formulário contendo os fatores de avaliação elaborados pela Administração da Contratante. Este procedimento está vinculado aos contratos de prestação dos serviços de limpeza integrando as especificações técnicas como obrigação e responsabilidade do Contratante e deverá ser efetuado periodicamente pela fiscalização/controle da execução dos serviços, de forma a gerar relatórios mensais que servirão de fator redutor para os cálculos dos valores a serem lançados nas faturas mensais de prestação dos serviços executados, com base nas pontuações constantes dos relatórios.

A avaliação da Contratada na prestação de serviços se fará por meio de análise dos seguintes aspectos:

- Total de horas efetivas de prestação do serviço;
- Desempenho Profissional;
- Desempenho das Atividades;
- Gerenciamento.

A avaliação será feita por meio de pontuação em conceitos: **Realizado, Parcialmente Realizado e Não Realizado**, em cada um dos itens vistoriados, equivalentes aos seguintes valores, respectivamente, três, um e zero. Ao final de cada período mensal, será obtida a média aritmética dos resultados das avaliações de todas as unidades.

O resultado de cada avaliação terá como teto máximo 9 pontos.

A entrega de material será controlada pelo fiscal de contrato e haverá pagamento somente para o material efetivamente entregue.

A prestação dos serviços, envolve a alocação, pela CONTRATADA, de mão de obra capacitada para executar as atribuições, obedecendo ao disposto na IN SEGES/MPDG n.º 05/2017 e o CBO n.º 5162 – Família - Cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos.

O serviço tem os seguintes códigos em conformidade com o Catálogo de Serviços (Catser) do Sistema de Serviços Gerais (Sisg): CATSER 00000538-0 - Prestação de Serviço de Apoio Administrativo.

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço que será instrumento anexo ao Termo de Referência.

As obrigações da Contratada e Contratante estarão previstas no Termo de Referência.

Não se aplica a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista o serviço pleiteado tratar-se de atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, não sendo necessária transferências de conhecimentos entre elas, após findo o contrato.

Adotar-se-á como critério de julgamento o de menor preço global dos serviços;



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

A contratação em comento, sendo formalizada através do fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva e estando abaixo do limite de 25 colaboradores, entendemos não ser aplicável a exigência de emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica constante no Decreto 11.430/2023

O serviço é considerado como **contínuo** no âmbito da Universidade **pois está relacionado com a atividade finalística da instituição e sua atividade considerada ESSENCIAL**, a sua interrupção causará danos à Instituição e ao corpo social da Universidade. Este entendimento é o consolidado no âmbito do TCU, conforme se pode verificar a partir de trecho do Voto do Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara:

“Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional”.

Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.
- Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de que os 3 (três) anos sejam ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017
- Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.
- Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato (s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por

período não inferior a 3 (três) anos, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

- O atestado apresentado para um item não poderá ser utilizado para os demais, exceto o quantitativo excedente.
- Declaração de que instalará escritório na cidade do Rio de Janeiro, ou em um raio máximo de até 25 km da cidade do Rio de Janeiro, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SLTI/MP nº 05/2017. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório. Tal escritório se faz necessário devido ao número estimado de prestadores envolvidos na contratação que necessitarão de controle e gerenciamento por parte da contratada.

6.3 Modelo da Execução do Objeto

A atuação dos profissionais de apoio à inclusão está prevista na Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), e que suas atribuições são definidas de acordo com o artigo 3º, inciso XIII da referida lei:

"Profissional de Apoio à Inclusão: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;" (grifo nosso).

Importante ressaltar que esse profissional não é responsável pela parte pedagógica. Tal atribuição é de incumbência dos docentes do Ensino Comum e da Educação Especial. Além disso, cabe ressaltar, que sua atuação é focada no acompanhamento e suporte aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Público-Alvo da Educação Especial (PAEE)

- Estudantes PAEE são aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (inclui-se o transtorno do espectro autista) e altas habilidades/superdotação definidos na LDB 9394/96, como sendo o público que tem direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Da Prestação dos Serviços:

- Os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira em um total de 40 horas semanais.

Requisitos de Pessoal:

- - Capacidade Civil (18 anos);
- - Certificado de conclusão do Ensino Médio;
- - Curso sobre Educação inclusiva/Especial e/ou Curso especializado em cuidador de pessoa com deficiência totalizando mínimo de 40 (quarenta) horas;
- - Experiência mínima de (06) meses como cuidador escolar ou em outra atividade educacional em escolas, acompanhada de declaração da contratada que possui capacidade e competência técnica para a referida atividade mediante a comprovação na Carteira de Trabalho.

Atribuições do profissional:

- Cumprir a sua carga horária total de 40 horas semanais e as

orientações dadas pela Contratante;

- Auxiliar os estudantes PAEE nas atividades ligadas à:
 - - Locomoção;
 - - Higiene;
 - - Alimentação;
- O profissional de Apoio à inclusão não tem como atribuição a elaboração de atividades pedagógicas, mas poderá auxiliar os estudantes na realização das atividades propostas pelos professores, de acordo com as demandas da escola e a indicação da coordenação da Contratante e dos professores de Educação Especial;
- Acompanhar as turmas as quais estão vinculados nas aulas/atividades do dia, e, caso seja necessário, de outras turmas, de acordo com a atribuição dada pelos professores e pela coordenação da Contratante;
- Auxiliar os professores no recebimento dos estudantes, durante a entrada e também na saída dos mesmos;
- Acompanhar os estudantes no recreio e nas atividades de alimentação ou em propostas designadas pela coordenação, primando na intervenção pela relação cuidar/educar.
- Auxiliar os estudantes na locomoção pelos espaços, promovendo a acessibilidade de acordo com as limitações e/ou necessidades que a deficiência impuser ao estudante, primando pela relação cuidar/educar;
- Acompanhar os estudantes, quando necessário, nas atividades ligadas à higiene como idas ao banheiro, banho, entre outras necessidades, sempre primando pelo cuidado, segurança e na relação indissociável do cuidar e do educar;
- Não há a obrigação de acompanhamento docente e/ou de outro profissional junto ao Profissional de Apoio à Inclusão para o desempenho de suas atribuições ou do atendimento de quaisquer necessidades de locomoção, higiene e alimentação de um estudante Público-alvo da Educação Especial (PAEE);
- O limite de estudantes a ser acompanhado por cada Profissional de Apoio à Inclusão seguirá a legislação nacional ou da rede federal de educação vigente sobre o tema. Cabe ressaltar que nenhuma vinculação a quaisquer estudantes será fixa caso haja necessidade de reorganização da equipe dos PAIEs.

Atribuições do profissional de apoio - Líder de equipe:

- Acompanhar diariamente o absenteísmo da equipe de profissionais de apoio à inclusão e informar à coordenação do NEEI e à representante da empresa diariamente;
- Realizar, caso haja necessidade, a reorganização da equipe de acordo com as demandas diárias solicitando sempre a aprovação da coordenação do NEEI;
- Acompanhar os horários de almoço, lanche e saída dos profissionais de Apoio;
- Percorrer a escola durante os turnos garantindo o bom funcionamento do serviço e o atendimento das necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial;
- Solicitar à Contratada, independente da solicitação que será feita pela fiscalização local, a reposição de pessoal para eventual cobertura de faltas.
- Conferir diariamente o uso de crachá e do uniforme concedido pela empresa pelos Profissionais de Apoio à Inclusão e informar à coordenação do NEEI e à empresa;

Orientações de Conduta:

- Comparecer ao trabalho, respeitando os horários de entrada e saída das aulas e horário de almoço estipulados;
- Ficar posicionado no corredor e entrar na sala de aula somente quando o professor o requisitar, com exceção dos profissionais que estarão atuando em turmas que não contam com o professor de Educação Especial;
- Evitar a utilização de celular na sala e no corredor, durante as aulas, a não ser para fins pedagógicos, à pedido do professor;
- Quando estiver em sala, evitar conversas, a não ser que sejam orientações relativas ao trabalho;
- Caso precise falar com algum professor ou entrar com um estudante em sala, bata na porta antes de entrar;
- Comunicar ao professor ou à coordenação da Contratante qualquer necessidade de saída do espaço pedagógico para qual foi designado;
- Quando estiver no corredor, estar sempre atento não apenas à movimentação dos estudantes PAEE da turma ao qual está vinculado(a), mas também aos estudantes de outras turmas;
- Ajudar ao professor ou a outro profissional de apoio que estiver com dificuldade no manejo com os estudantes, independente do estudante ser da turma a qual está vinculado (a);
- Utilizar o Uniforme previsto no Termo de Referência, mas se por algum motivo este não puder ser usado, não utilizar blusas que deixem a barriga exposta, bem como saias, bermudas e vestidos de comprimento muito acima do joelho;
- Respeitar e ser cordial com os colegas de trabalho para que, em reciprocidade, também possa exigir tal tratamento, favorecendo a constituição de relações horizontalizadas, observando o momento adequado para diálogos quando ajustes nesta relação forem necessários;
- Não comentar com a família, principalmente no portão ou fora da escola, sobre as atividades pedagógicas e sobre possíveis comportamentos inadequados ocorridos durante a permanência do estudante na escola;
- Não compartilhar fotos e/ou vídeos de estudantes em redes sociais privadas. Estes conteúdos devem ser feitos apenas para fins pedagógicos, de acordo com a autorização de uso de imagem contida na ficha de matrícula do estudante.

Do Acolhimento e intervenções cotidianas com os estudantes PAEE

- O trabalho da educação especial na perspectiva inclusiva, tem por base os princípios do acolhimento, amorosidade, intervenção pedagógica especializada e luta pela garantia de uma educação com base nos direitos e na dignidade humana. Neste sentido, todo o trabalho pauta-se em uma pedagogia da diferença, centrada nos estudantes e em suas potencialidades, por meio de uma intervenção/comunicação e manejo cuidadoso e acolhedor

6.4 Da Modalidade de Licitação:

A contratação deverá ser realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, utilizando-se o Sistema de Registro de Preços, haja vista tratar-se de contratação de serviços comuns e para atendimento a mais de um órgão ou entidade, uma vez que



permitirá a participação de outras unidades da UFRJ, além de permitir a flexibilização do quantitativo a ser contratado, uma vez que o SRP é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

O Registro de Preços mostra-se essencial, pois, conforme previsto no art. 3º, inciso III, do Decreto 11.462/2023, uma das hipóteses de cabimento do Registro de Preços consiste na aquisição de bens ou contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade. Essa hipótese tem por escopo permitir que entidades que possuam as mesmas necessidades possam contratar em conjunto, minimizando-se assim os custos do processo, além de propiciar vantagem em razão da economia de escala por se adquirir em maior quantidade. Essa é, segundo a doutrina, uma das grandes vantagens do SRP, pois “a par de exigir competência de gerenciamento, traz a especialização de servidores, economia no preço e melhor controle de qualidade dos produtos.

Outro ponto de fundamental importância para se aplicar o sistema de registro de preços é o fato de não haver necessidade de declarar a existência de crédito para a realização do certame, devendo a previsão orçamentária para cobrir a despesa ser demonstrada apenas antes da efetiva contratação, conforme Art. 17. do Decreto 11.462/2023. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

O Sistema de Registro de Preço – SRP mostra-se pertinente, também, considerando a hipótese prevista nos incisos II e II do artigo 3.º do Decreto 11.462/2023, aliado às vantagens decorrentes deste procedimento licitatório, como:

- Efetivar a contratação e ampliá-la somente quando houver necessidade, proporcionando a redução de número de licitações a serem realizadas no âmbito da UFRJ;
- Agilizar a contratação futura, pois a licitação já está realizada, as condições de execução estarão ajustadas e os preços e respectivos fornecedores já estarão definidos;
- Maior transparência dos procedimentos adotados, pois são monitorados por todos os agentes envolvidos.

6.5 Subcontratação

Não será permitida a subcontratação do objeto.

6.6 Critérios e práticas de sustentabilidade:

A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água e dos alimentos;

Treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdício/poluição;

Promover ações afirmativas de gênero e étnico-raciais, de acordo com o que dispõe:

Constituição Federal de 1988, no inciso IV do art. 3º, no inciso I do art. 5º, e no inciso XX do art. 7º;

Decreto nº 7.959, de 13 de março de 2013;

Artigos 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010;

Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

Realizar a separação de resíduos recicláveis descartados pela

Administração, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 03/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso;

Instruir e a mão de obra contratada de que esta deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas da Secretaria do Trabalho parte integrante do Ministério da Economia, realizando palestras com seus colaboradores periodicamente;

Observar os itens relacionados no Plano de Logística Sustentável da UFRJ disponibilizado através do link <https://ufrj.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-de-logistica-sustentavel/>.

7. Levantamento de Mercado

Tendo em vista as necessidades a serem atendidas, descritas no tópico 3 deste estudo, entende-se como solução mais adequada que a prestação dos serviços deva ser realizada por profissionais ou empresas especializadas no atendimento de estudantes que são o público-alvo da educação inclusiva. Diante disso, após consulta aos modelos de contratações realizadas por outros órgãos públicos, vislumbram-se as seguintes possibilidades:

Solução 01: Execução Indireta - Contratações em regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Este tipo de contratação engloba a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento da mão de obra exclusiva para apoio aos discentes que necessitam de acompanhamento diário em decorrência da especificidade da deficiência apresentada. A contratação de serviço profissional possibilita o atendimento conforme exigido na legislação educacional específica.

A contratação por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se como alternativa para atender também a sazonalidade e imprevisibilidade da demanda, pois dado o público-alvo do serviço, podem ocorrer eventuais evasões ao longo do processo de contratação ou nem ocorrer a demanda. Por tais características e em atendimento aos incisos I e V do Art 3º Decreto nº 11.462/2023 esta equipe de planejamento recomenda a contratação pelo referido sistema. Cabe ressaltar que a ata de registro de preços pode ser utilizada por um período máximo de 12 meses, podendo ser prorrogada, conforme Art 84 da lei 14.133/2021.

Solução 02: Aproveitamento em lista de aprovados em concurso público de outras Instituições ou órgão dentro do mesmo Poder, cujo cargo seja equivalente ao cargo da IFES.

Esta solução se demonstra inviável pois o cargo de Profissional de Apoio a Inclusão não está previsto no Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação (PCCTAE, Lei 11.091/2005), podendo, dessa forma, ser objeto de terceirização.

Contratações similares são frequentemente realizadas por outros órgãos e entidades, não se caracterizando quantidade restrita de fornecedores para o objeto. Entre as licitações realizadas podemos mencionar:

Pregão	UASG	Nome	Tipo
90002/2025	158426	IFES CAMPUS SANTA TERESA	Por Posto
90027/2025	158009	INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ	Por Posto
90026/2024	158121	IFES NORTE DE MINAS GERAIS	Por Posto
90110/2025	153114	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Por Posto
90058/2024	153061	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	Por Posto
90036/2024	158099	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO – CAMPUS UBERLÂNDIA	Por Posto
90003/2024	158143	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA	Por Posto
90020/2024	154041	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	Por Posto
90002/2024	158422	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESPIRITO SANTO	Por Posto



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

8. Descrição da solução como um todo

Se faz necessária, uma vez que há, no ano de 2025, um grande número de estudantes público da educação especial distribuídos em 32 (trinta e duas) desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, bem como os estudantes com transtornos de aprendizagem e comportamento que exigem diferentes tipos de intervenção e suportes, dentre eles apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção, apoio comunicacional, garantidos pela Lei Brasileira de Inclusão (2015) e Lei nº 12.764/2012, como intervenção, acompanhamento e inclusão integral de estudantes com deficiência e autismo no cotidiano escolar. Importante frisar, que todos os anos há um crescimento já esperado no número de matrículas de estudantes PcD em virtude das cotas, da entrada de estudantes com deficiência pelo sorteio universal, além dos laudos de estudantes já matriculados e que são fechados no decorrer do ano letivo. Deste modo, o serviço de profissionais de apoio à inclusão, são compreendidos no CAP-UFRJ como um **SERVIÇO ESSENCIAL**. Vale destacar que a presença deste profissional é essencial, também, para a segurança desses estudantes, pois boa parte das nossas crianças e adolescentes com deficiências apresenta dificuldade na percepção de risco de determinadas situações que ameaçam a sua segurança física. Além disso, muitos desses estudantes têm uma percepção diferente do espaço, o que dificulta sua autonomia para circular na escola, por vezes, se perdendo. Isso porque existem estudantes que, de acordo com suas condições, não podem ficar sem acompanhamento de um adulto em nenhum momento. E alguns estudantes não conseguem se alimentar sozinhos ou ir ao banheiro.

Ou seja, esse serviço precisa ser ofertado sem interrupção, além de ampliado anualmente de acordo com o cenário de atendimentos que teremos que ofertar.

9. Estimativa das Quantidades a serem contratadas

Para atender plenamente as necessidades do ano letivo de 2025, a quantidade necessária para a contratação são de 21 (vinte e um) profissionais de apoio à inclusão escolar e 1 (um) líder de equipe em caráter emergencial para serem distribuídos de acordo com a seguinte necessidade:

PROFISSIONAL DE APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR (PAIE)	TURNO	ANO/SEGMENTO	TURMA(S)	ESTUDANTE(S) / DEFICIÊNCIA	NECESSIDADES
PAIE 1	Manhã e tarde	Educação Infantil	Infantil 4 Infantil 5	02 autistas (nível 3 de suporte) 01 Deficiência física	Precisam de apoio desde a chegada, no recreio, para irem ao banheiro, para lancharem e almoçarem, banho, higiene, brincadeiras.
PAIE 2	Tarde	Ensino Fundamental I	1º ano 11A, 11B	01 autista (nível 3 de suporte) 01 autista (nível 2 de suporte)	Recepção, locomoção pelo espaço da escola, acompanhamento no recreio, para lancharem, na entrada e na saída.
PAIE 3	Tarde	Ensino Fundamental I	1º ano 11C	01 autista (nível 3 de suporte)	Recepção, locomoção pelo espaço da escola, acompanhamento no recreio, para lancharem, na entrada e na saída.
PAIE 4	Tarde	Ensino Fundamental I	2º ano 12A	02 autistas	São recebidos na entrada, precisam de apoio para irem ao banheiro, se locomover pela escola, no recreio, no lanche e na hora da saída.
PAIE 5	Tarde	Ensino Fundamental I	2º ano 12B	01 autista (nível + deficiência auditiva)	São recebidos na entrada, precisam de apoio para irem ao banheiro, se locomover pela escola, no recreio, no

				01 deficiência física	lanche e na hora da saída.
PAIE 6	Tarde	Ensino Fundamental I	3º ano 13A	02 (autistas nível 02 de suporte)	Precisam de apoio no espaço escolar e no recreio.
PAIE 7	Tarde	Ensino Fundamental I	3º ano 13B	01 (autista nível 01 de suporte) 01 deficiência intelectual Síndrome de Vasteri (malformação congênita)	Precisam de apoio no espaço escolar e no recreio.
PAIE 8	Tarde	Ensino Fundamental I	4º ano 14A	02 (autistas nível 03 de suporte) 01 (paralisia cerebral)	Precisam de apoio em todos os espaços da escola, desde a entrada, no recreio, ida ao banheiro, alimentação, até o horário de saída.
PAIE 9	Tarde	Ensino Fundamental I	4º ano 14B	01 autista nível 1 de suporte 01 Síndrome de Smith Magenis, causando deficiência intelectual.	Precisam de apoio em todos os espaços da escola, desde a entrada, no recreio, ida ao banheiro, alimentação, até o horário de saída.
PAIE 10	Tarde	Ensino Fundamental I	5º ano 15A	01 autista nível 3 de suporte 03 autistas nível 1 de suporte	Precisam de apoio em todos os espaços da escola, desde a entrada, no recreio, ida ao banheiro, alimentação, até o horário de saída.
PAIE 11	Tarde	Ensino Fundamental I	5º ano 15B	01 autista nível 2 de suporte 01 estudante com Síndrome de Down. 01 estudante com deficiência física	Precisam de apoio em todos os espaços da escola, desde a entrada, no recreio, ida ao banheiro, alimentação, até o horário de saída.
PAIE 12	Manhã	Ensino Fundamental II	6º ano 16A	01 autista nível 3 de suporte	Precisam de apoio em todos os espaços da escola, desde a entrada, no recreio, ida ao banheiro, alimentação, até o horário de saída
PAIE 13	Manhã	Ensino Fundamental II	6º ano 16B	01 autista nível 01 de suporte 01 estudante surdo	Precisam de apoio em todos os espaços da escola, desde a entrada, no recreio, ida ao banheiro, alimentação, até o horário de saída
PAIE 14	Manhã	Ensino Fundamental II	7º ano 17A	01 autista nível 2 de suporte 01 autista nível 1 de suporte	Precisam de apoio em todos os espaços da escola, desde a entrada, no recreio, ida ao banheiro, alimentação, até o horário de saída
PAIE 15	Manhã	Ensino Fundamental II	7º ano 17B	01 autista nível 1 de suporte	Precisam de apoio em todos os espaços da escola, desde a entrada, no recreio,

				01 estudante com AH/SD	ida ao banheiro, alimentação, até o horário de saída
PAIE 16	Manhã	Ensino Fundamental II	8º ano	01 autistas nível 3 de suporte 01 autista nível 1 de suporte	Precisam de apoio em todos os espaços da escola, desde a entrada, no recreio, ida ao banheiro, alimentação, até o horário de saída
PAIE 17	Manhã	Ensino Fundamental II	8º ano	01 autistas nível 3 de suporte	Precisam de apoio em todos os espaços da escola, desde a entrada, no recreio, ida ao banheiro, alimentação, até o horário de saída
PAIE 18	Manhã	Ensino Fundamental II	9º ano	01 estudante com paralisia cerebral e múltiplas deficiências (cadeirante não verbal)	Precisam de apoio em todos os espaços da escola, desde a entrada, no recreio, ida ao banheiro, alimentação, até o horário de saída
PAIE 19	Manhã	Ensino Fundamental II	9º ano	01 autista nível 3 de suporte	Precisam de apoio em todos os espaços da escola, desde a entrada, no recreio, ida ao banheiro, alimentação, até o horário de saída
PAIE 20	Manhã	Ensino Médio	1ª série do EM 21A, 21B e 21C (Três turmas)	02 estudantes com deficiência intelectual e TOD como comorbidade; 02 autistas nível 2 de suporte	Precisam de acompanhamento nos espaços escolares.
PAIE 21	Manhã	Ensino Médio	2ª série do EM 22A; 22B; 22C (Três turmas)	02 autistas nível 1 de suporte Síndrome de Tourette	Precisam de acompanhamento nos espaços escolares.
PAIE 22	Encarregado/líder da equipe				

10. Estimativa do Valor da Contratação

Baseado no levantamento do piso salarial e levando em consideração a convenção coletiva de 2025 RJ000964/2025. Ressaltamos que estes valores foram obtidos em planilha e custo elaborada pela administração e anexa ao presente estudo.

Custos com mão de obra							
LOTE	ITEM	CATSER	Serviço	QTD PESSOAS	Valor Mensal por Pessoa	Valor Mensal Estimado do Contrato	Valor Estimado do Contrato
1	1	5380	Prestação do serviço de Profissional de Apoio a Inclusão (Cuidador em Saúde) 40h de segunda a sexta	21	R\$ 4.871,37	R\$ 102.298,77	R\$ 1.227.585,24

	2	5380	Prestação do serviço de Profissional de Apoio a Inclusão (Cuidador em Saúde) Líder 40h de segunda a sexta	1	R\$ 5.463,79	R\$ 5.463,79	R\$ 65.565,48
							R\$ 1.293.150,72

Sendo omissa a CCT mencionada e, tendo em vista a necessidade da existência do líder de equipe para o melhor atendimento das demandas da administração, estamos seguindo o modelo da CCT de maior número de colaboradores em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra (Asseio e Conservação) e incluindo uma gratificação de 15% sobre o vencimento básico para o líder de equipe.

Cabe ressaltar que a área responsável por pesquisas de mercado na Pró-Reitoria de Gestão e Governança - PR-6, poderá realizar pesquisa de preços aprofundando o espectro utilizado na obtenção da estimativa de valor acima apresentada conforme determina a Instrução Normativa nº 6 5 / 2 021.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar ampla participação de licitantes que embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade" Súmula 247 - TCU

O parcelamento da solução é regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes. De acordo com a Súmula 247 do TCU, e após a análise da especialidade do serviço, se faz considerar dois aspectos básicos acima suscitados, quais sejam, o técnico e o econômico.

"9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática;" Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário.

O parcelamento da solução, por Unidade demandante por exemplo, ensejaria na redução do poder de economia de escala e divisão ou rateio do custo fixo. Isto posto, a licitação deverá garantir a competitividade sem perda da economia de escala, o que certamente não seria possível alcançar em caso de divisão do objeto, ferindo a economia de escala pretendida.

A comissão do estudo preliminar entende, empiricamente que, **seja possível o parcelamento, porém inconveniente, do ponto de vista prático e econômico.** Justifica-se para essa decisão o fato de que o objeto conforme planejado prevê a compartilhamento dos postos de supervisão da empresa contratada bem como dos encarregados que podem efetuar a supervisão diária dos serviços a. Caso seja dividido, será elevado o custo da mão de obra para universidade devido a contabilização duplicada de custos fixos, elevará os custos relacionados com a abertura e manutenção de contas vinculadas necessárias para a execução do contrato, além de dificultar os procedimentos de fiscalização e gestão do contrato e futuras licitações do objeto.

Portanto, esta comissão entende que o não parcelamento do presente objeto atende ao inciso I § 3º do Art 40 da Lei 14.133/2021:

"I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;"

Portanto, diante do estudo realizado e do cenário apresentado e justificado sobre a importância emergencialidade da contratação, não há justificativa que se aplique para o parcelamento da contratação e/ou a não solução para o pedido, visto que: o trabalho desenvolvido pelos profissionais de apoio, requer atenção, cuidado, tranquilidade, paciência, cordialidade, manejo comportamental, pois são estudantes que com frequência podem passar por episódios de desregulação ou sobrecarga sensorial, tem limitações para se locomover, se alimentar, para controlar os esfíncteres, e precisam contar com esses profissionais para que o tempo de permanência delas na escola possa ser melhor aproveitado e mais confortável possível. Portanto, em caso de interrupção momentânea desse serviço, há o gravíssimo risco da UFRJ deixar de garantir o direito constitucional à Educação (BRASIL, 1988), a igualdade nas condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996) bem como as condições de igualdade no exercício dos direitos e liberdades fundamentais (Lei nº 13.146/2015). Este cenário é preocupante também pelas implicações jurídicas que a Universidade teria que responder.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não estão previstas contratações correlatas e/ou interdependentes para o processo em questão.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação de serviços continuados de profissionais de apoio à inclusão de processamento de dados é prevista no Plano Anual de Contratações para o ano de 2025, de acordo com o item 90/2025 do referido documento.

Id PCA no PNCP: 33663683000116-0-000016/2025

Data de publicação no PNCP: 10/09/2024

Id do Item no PCA: 90

Classe/Grupo 911 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO GOVERNO

Identificador da Futura Contratação: 153115-116/2025

14. Resultados Pretendidos

Atender às demandas da sociedade e governo junto à Universidade bem como a garantia da continuidade dos serviços prestados por nossa IFES em especial aos relacionados com a garantia de uma educação com base nos direitos e na dignidade humana em nossas unidades de Ensino bem como o atendimento da legislação em vigor de rege a matéria.

15. Providências a serem adotadas

Não há necessidade de adoção de nenhuma providência para a execução do contrato.

16. Classificação do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência

Conforme Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Na Seção II Da Classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

- I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;
- II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;
- III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
- IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;
- V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas;
- VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;
- VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou
- VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Portanto o Estudo Preliminar e o Termo de Referência dos contratos em tela não têm restrições à sua divulgação.

17. Possíveis Impactos Ambientais

Frisa-se a indispensabilidade da promoção de economia de recursos e uso consciente dos mesmos por parte dos funcionários da Contratada, devendo a empresa instruir seus empregados sobre práticas de sustentabilidade, tais como: Redução do consumo de energia elétrica, consumo de água e destinação adequada de resíduos sólidos.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação desde que sejam aportados os recursos necessários para a execução do objeto necessário para o atendimento da demanda.

16.1. Justificativa da Viabilidade

O objeto deste ETP foi considerado **viável** por alinhar-se às atividades acessórias imprescindíveis para se atingir às finalidades da ação pretendida. Também é viável do ponto de vista ambiental e estratégico.

As quantidades dispostas no presente Estudo são coerentes com a demanda prevista, em que foi considerado os atuais contratos firmados para similar objeto, além de verificação com os usuários e fiscais dos atuais contratos em relação ao serviço a ser contratado.

Os riscos inerentes da contratação foram levantados, com ações de mitigação sugeridas e que se encontram anexados ao presente documento.

19. Responsáveis

THAYNÁ MARRACHO MARQUES
SIAPE 1046302 - Professor Ensino Básico Técnico Tecnológico

THAIS DA COSTA MOTTA ROCHA
SIAPE 3158925 - Professor Ensino Básico Técnico Tecnológico

MARCELO DA SILVA GONÇALVES
SIAPE 0366158 - Assistente em Administração



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

UFRJ

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

- Anexo I - [Gerenciamento de Riscos](#)
- Anexo II - [Estimativa de custo](#)